

A PRESENÇA DA JUSTIÇA E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DE RONDÔNIA

As atividades da Justiça na região, também podem ser contadas a partir do evento da construção da estrada de ferro madeira Mamoré. Desde o ano de 1912 registra-se as atividades jurídicas na Comarca de Santo Antonio do Rio Madeira que foi instalada em 8 de agosto de 1912. A História do hoje Estado de Rondônia tem entrelaçada aos fatos a história da presença da justiça na região. Ao tempo em que o município de Santo Antonio do Rio Madeira se organiza, a presença da justiça no local também é instalada para dar atendimento a comunidade. Isso ocorre no ano de 1912 oficialmente, conforme registra a ata de instalação da Comarca de Santo Antonio do Rio Madeira em documento do acervo do centro de Documentação Histórica do poder Judiciário de Rondônia.

Conforme registram os documentos que pertencem ao acervo do Poder Judiciário de Rondônia, que se encontram no Centro de Documentação Histórica, sob a administração da Escola da Magistratura de Rondônia, Emeron, as atividades da justiça na região, até a criação do território Federal, pertenciam a dois Estados. A Comarca de Santo Antonio do rio Madeira instalada em 1912 pertencia ao Estado do Mato Grosso, e a cidade de Porto Velho, cujas atividades são registradas a partir de 1914, e pertencia ao Amazonas. No final dos anos de 1930, Santo Antonio entra em processo de desativação e as atividades e documentos passam a ser centralizadas na Comarca de Guajará Mirim que continua pertencendo ao Mato Grosso. Assim permanece até a criação do Território Federal, quando a partir do novo estabelecimento geográfico e organização política, Porto Velho passa a ser a sede central, como capital do território. Guajará Mirim, a comarca mais antiga, que tem documentos registrando suas atividades a partir do ano de 1929, continua suas atividades. Durante o período que vai dos anos de 1940 até o final dos anos de 1970, oficialmente o quadro permanece inalterado, apesar dos movimentos para organização das Comarcas de Vilhena e Ji-Paraná que vinham se delineando em decorrência do desenvolvimento da região e consequente demanda.

A transformação do território Federal em Estado por força da Lei 41, de 22 de dezembro de 1981, também resultou e a consequente criação do Poder Judiciário de Rondônia, que foi instalado em 4 de janeiro de 1982. As articulações políticas foram realizadas por Fouad Darwich Zacharias que era advogado e que foi convidado pelo então governador Jorge Teixeira de Oliveira, para a realização da organização do Poder Judiciário. Maiores detalhes sobre esse momento podem ser acessados no Livro Memória Judiciária (1999) e no catálogo comemorativo aos 30 anos da instalação do judiciário de Rondônia, ambos publicados pelo TJRO.

A estrutura da instituição hoje conta com 21 Desembargadores. A estrutura física que se desenvolveu e se estabeleceu ao longo desses 37 anos, conta hoje com 23 comarcas, 149 magistrados na ativa e possui no seu quadro funcional 3343 servidores.

Consciente de que a qualidade é a chave para a competitividade, o PJRO entende e utiliza o Sistema da Qualidade para a melhoria continua da prestação de serviços, com diversos projetos voltados para o atendimento da sociedade.